

PROGRAMA DE GOVERNO

2021/2024

NOSSA EXPERIÊNCIA

A experiência adquirida nos ministérios do Trabalho e da Previdência Social, somada à experiência à frente da Prefeitura de São Bernardo do Campo nos períodos 2009-2012 e 2013-2016, com a adoção das mais bem-sucedidas políticas públicas utilizadas no Brasil e no mundo, foi o que orientou nossos passos na busca por soluções para a melhoria da qualidade de vida de nosso cidadão. O objetivo é que tenhamos uma cidade mais humana, solidária e com serviços públicos de qualidade para todas e todos.

Em 2008, a população de São Bernardo decidiu escrever uma nova história. Ela acolheu uma ideia de pensar a longo prazo, de sonhar e projetar no horizonte a cidade queremos ser, a estender o olhar de modo a unir o hoje e o amanhã.

Inauguramos um novo jeito de pensar (e construir) a cidade: população e governo juntos. E começamos perguntando aos moradores, às moradoras e a nós mesmos quais eram esses sonhos. E bastaram algumas reuniões para que esses sonhos se espalhassem por todos os territórios da cidade – do centro aos bairros mais afastados – e se traduzissem em palavras concretas: mais saúde, com novos leitos hospitalares; mais urbanização e produção habitacional; mais escolas; e tantas outras necessidades por atender.

Palavras que são direitos. Direitos que se transformaram em projetos, que deram vida ao plano estratégico participativo. Nesse processo, aprendemos a nos reconhecer, escutar e deliberar sem desqualificar o outro, respeitando o contraditório. Junto com a população, fortalecemos a democracia, ampliando a discussão coletiva e vivenciando os espaços onde trabalhamos, estudamos, vivemos e sonhamos.

O tempo, o trabalho e a convicção fizeram com que muitos dos nossos sonhos iniciais se tornassem realidades concretas, inegáveis. Como o avanço significativo da Política de Habitação em São Bernardo do Campo nos oito anos de gestão. Esse período representou uma ruptura com o modelo de cidade que tinha como política alocar pessoas em alojamentos provisórios (que se tornavam permanentes), sem quaisquer condições de habitabilidade e salubridade. Inauguramos um modelo de gestão em que a habitação era política estruturada e prioritária de governo. Prova disso é o investimento no setor, que subiu de 0,5% para 8,3% do orçamento. Além disso, mais de 2,3 milhões de m² da cidade

passaram a ser considerados como Zona Especial de Interesse Social (ZEIS), ou seja, áreas destinadas e abrigar habitações de caráter social.

Foi por meio da articulação dos Programas de Urbanização Integrada e Produção Habitacional, aos quais se somam empreendimentos vinculados ao Programa Minha Casa, Minha Vida, que abrangemos 43 áreas e beneficiamos 21.475 famílias. Ao todo, foram 4.956 mil moradias entregues e outras 1.887 com obras em andamento. Tudo isso permitiu, além de propiciar moradia digna para essas famílias, a eliminação de 73 setores que ofereciam risco aos moradores e a desativação de oito alojamentos provisórios que existiam em 2009, quando assumimos.

O Programa de Regularização Fundiária contemplou 109 assentamentos consolidados, abrangendo 46.393 moradias, das quais 7.660 foram regularizadas. Outra prioridade foi a implantação do Programa de Redução de Riscos e Ações Emergenciais, que executou obras de eliminação de risco, beneficiando 7.727 famílias.

O processo de inclusão social é multidimensional, envolvendo aspectos sociais, econômicos, urbanos e políticos. Nossa administração sempre levou em conta esses inúmeros aspectos, buscando ampliar e consolidar políticas de inclusão e inserção social.

Na Saúde, o período 2009/2016 marcou um novo modo de governar São Bernardo do Campo, pautado pelo compromisso com o cuidado humanizado e a ampliação do acesso às ações e serviços.

Os investimentos realizados na saúde possibilitaram uma total reestruturação do SUS em São Bernardo, transformando nossa cidade em referência para todo o país na melhoria do atendimento ao cidadão.

A revolução realizada na saúde no período 2009-2016 envolveu tanto a transformação física das unidades, até a implantação de políticas públicas que garantiram mais acesso, atenção e cuidado à população, sempre guiados pelos princípios da humanização e do respeito.

O atendimento em saúde foi ampliado em todos os segmentos: na atenção básica, na urgência e emergência, no atendimento hospitalar e no atendimento especializado. Damos ênfase especial às nossas crianças, gestantes e usuários

com doenças crônicas - acompanhamos 87 mil hipertensos e 28 mil diabéticos. Ampliamos a oferta de medicamentos, assegurando o seu abastecimento regular, bem como exames e consultas especializadas, entre tantas ações que tiveram o objetivo de atender mais e melhor a população. Em 2013 inauguramos o Hospital de Clínicas Municipal (HC), que reorganizou o atendimento hospitalar e se transformou em uma marca da saúde de São Bernardo.

O quadro de profissionais de saúde acompanhou o crescimento da rede. O número de médicos, por exemplo, saltou de 1.191 em 2009 para 1.456 em 2015. Aumentamos as equipes de saúde da família em mais de 800%: as 133 equipes realizaram 363.202 consultas em 2015. Também implantamos, em 2009, o Programa de Saúde Bucal, que, ao final da gestão, contava com 80 equipes.

Um dos principais resultados da qualidade da saúde que era oferecida em nosso município nesse período foi a redução da mortalidade infantil: encerramos 2015 com 8,42 óbitos por mil nascidos vivos, menor que a médias do Estado de São Paulo e do Brasil. Outro levantamento, feito na época pela Faculdade de Odontologia da USP em 26 escolas municipais, apontava que o índice de crianças de cinco anos de idade sem cárie era de 64,2%, bem superior à média brasileira, de 46,6%. Portanto, São Bernardo havia superado a meta da Organização Mundial de Saúde, que preconiza um índice de 50% de crianças sem cárie nessa idade. Mais de 3 mil pessoas foram beneficiadas pelo PID (Programa de Internação Domiciliar) e 270 mil procedimentos foram realizados na Rede de Saúde Mental.

Reformamos e ampliamos 29 UBSs, construímos e entregamos quatro novas UBSs e nove UPAs. Fizemos uma revolução no cuidado em saúde mental e álcool e drogas com a implantação de seis CAPSs de transtornos mentais, dois CAPSs álcool e drogas, sendo um CAPS infanto-juvenil, seis residências terapêuticas e duas repúblicas. Implantamos três Centros de Especialidades Odontológicas, que forneceram 20 mil próteses dentárias. O Programa de Bem com a Vida contava com 180 grupos, alcançando 4.700 pessoas. Iniciamos a construção do Hospital de Urgência e implementamos uma profunda mudança no modelo de cuidado, organizando os fluxos de atendimento e implantando o

acolhimento em todos os serviços de saúde. Os trabalhadores da saúde foram protagonistas no processo do cuidado fortalecendo vínculos com os usuários.

No que se refere à educação, nos mandatos de 2009-2016 trabalhamos com a concepção de que educar não é apenas treinar e reproduzir informações, mas oferecer oportunidade de acesso ao saber, à ciência, à tecnologia, às artes e à filosofia, contribuindo para que as crianças desenvolvam suas próprias habilidades, facilitando sua compreensão das relações humanas com a natureza, a cultura, a vida econômica, social e política e a maneira como cada um vai se situar na sociedade, compreendendo e respeitando a singularidade de cada ser humano.

A prefeitura buscou atuar na perspectiva de atender às diretrizes da educação nacional no acesso e permanência dos educandos, na qualidade social da educação e na valorização dos profissionais, bem como na gestão democrática junto à comunidade escolar. Foi priorizada a ampliação do atendimento às crianças com idade de 0 a 3 anos: criamos mais de 15 mil vagas em creches na rede municipal. Também construímos sete CEUs e 22 novas escolas, que possibilitaram abrir mais de 21 mil vagas entre 2009 e 2015. Foi universalizado o atendimento para todas as crianças de 4 e 5 anos, reformadas e cobertas 55 quadras nas escolas. Além disso, contávamos com mais de 6 mil alunos na EJA e no ensino profissionalizante, que foi fortalecido. Ampliamos em 95% o número de professores, mais de 3.880 profissionais da educação receberam formação e mais de 1 milhão de kits de uniforme e material escolar foram entregues. Implantamos o programa Tempo de Escola, que atendeu em torno de 9,5 mil alunos de 6 a 12 anos.

O resultado de todas essas ações e projetos - sempre pautados na garantia do direito à educação pública, laica, gratuita e de qualidade - foi explicitado, por exemplo, no principal indicador nacional de avanços educacionais, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb): em 2015, São Bernardo do Campo alcançou o índice de 6,8, previsto para acontecer somente em 2021.

Ao assumir a Prefeitura em 2009, o prefeito Luiz Marinho criou a Secretaria de Cultura. O município, então, passou a planejar e articular ações para fortalecer o intercâmbio entre o acesso aos bens e serviços culturais disponíveis

na nossa cidade e as diversas manifestações culturais presentes. Com isso, a prefeitura buscou criar conexões e possibilidades de desenvolvimento da economia criativa, bem como promover a preservação e valorização da memória e do patrimônio cultural nacional, regional e local. Foram criados espaços de formação e reflexão como o Centro de Audiovisual (CAV), que formou 422 profissionais, e o Centro Livre de Artes Cênicas (CLAC), onde mais de 13 mil pessoas receberam formação cultural. Foram reformados três Centros Culturais – Taboão, Paulicéia e Ferrazópolis. A Biblioteca Monteiro Lobato foi modernizada, mais de 112 mil pessoas foram envolvidas nas atividades culturais das bibliotecas e foi reformado o Teatro Lauro Gomes. Também foi implantado o Polo Cultural Vera Cruz, iniciada a construção do Museu do Trabalho e do Trabalhador e criado o Centro de Referência de Culturas Populares, na Chácara Silvestre.

No Esporte, modernizamos e ampliamos os equipamentos esportivos da cidade, com a cooperação do Ministério do Esporte. Por conta dessa ação, a cidade passou a ter cinco centros esportivos catalogados pelo Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos Rio 2016 para treinamento das equipes de várias modalidades esportivas. Foram construídos três centros olímpicos para atletismo: Centro de Ginástica Artística, Centro Nacional de Desenvolvimento do Handebol e foi iniciada a construção do Centro de Canoagem, além da modernização do Estádio 1º de Maio. Vinculadas a essas instalações, passamos a desenvolver projetos de iniciação, estímulo e aprimoramento de talentos esportivos, possibilitando às crianças e adolescentes acesso ao esporte de alto rendimento. Mais de cinco mil crianças e adolescentes receberam formação esportiva e 400 atletas de alto rendimento receberam bolsa-auxílio. Revitalizamos os campos distritais do Lavínia, Riacho Grande, Corinthinhas, Vila São Pedro e Jardim do Lago.

Também foram implantados, nesse período, novos programas e projetos, como o Expresso Lazer e o Tempo de Férias, que mobilizou mais de 50 mil pessoas por ano. O De Bem com a Vida envolveu mais de 16 mil pessoas, que participaram de programas voltados para as práticas corporais e foi

implementado em articulação com as áreas de Educação, Saúde e Cultura. O projeto Tigrinho atendeu mais de sete mil crianças e adolescentes.

Como consequência desse conjunto de programas e ações, após 38 anos sem resultados de expressão, nossa cidade foi tetracampeã dos Jogos Regionais (2011, 2013, 2014 e 2015), tricampeã dos Jogos Abertos do Estado de São Paulo (2011, 2013 e 2015) e campeã dos Jogos Regionais do Idoso, em 2010.

A partir de 2009, reorganizamos a assistência social no município ao implantar o Sistema Único da Assistência Social (SUAS), atuando em duas frentes: a Proteção Social Básica, por meio dos Centros de Referência em Assistência Social (CRAS); e a Proteção Social Especial, realizada pelos Centros Especializados em Assistência Social (CREAS). Com isso, foram referenciadas, nos cinco CRAS, mais de 25 mil famílias, feitos mais de quatro mil atendimentos a pessoas de rua no CREAS-Pop, beneficiadas pelo Bolsa Família mais de 19 mil famílias e, pelo Banco de Alimentos, mais de 6.608 famílias.

Implementamos um processo de inclusão social consistente, cuidando com equidade daqueles que viviam em maior vulnerabilidade social, das pessoas com deficiência, da população de rua, dos que fazem uso abusivo de álcool e drogas, valorizando a cidadania e autonomia dos indivíduos por meio da oportunidade de elevação da escolaridade, formação profissional, geração de renda e acesso à moradia digna.

Também não deixamos de atuar no combate a toda forma de discriminação e intolerância: de gênero, raça, orientação sexual, religiosa, política ou de qualquer outra natureza. Criamos o Centro de Referência e Apoio à Mulher, reorganizamos e fortalecemos as políticas públicas para a pessoa idosa, com a criação de 36 pontos de encontro na cidade, espaços de reflexão e lazer, readaptamos o Centro Dia para atender com maior qualidade pessoas idosas semidependentes.

A Cajuv (Coordenadoria de Ações para a Juventude), atendeu mais de 47 mil pessoas nas oficinas socioculturais. A Fundação Criança realizou mais de

63.700 atendimentos entre 2009 e 2015, qualificando e ampliando seus serviços de acolhimento e fortalecimento de vínculos, com a criação do Parque Cidade dos Direitos da Criança e do Adolescente Dona Lindu, que reunia os serviços oferecidos a esse público em um único lugar.

O transporte e a mobilidade foram prioridade em nossa gestão. Desde 2009, a cidade recebeu grandes intervenções viárias: o rebaixamento da Avenida Lions e a construção do Viaduto Rotary; a entrega do viaduto do Km 22,5 sobre a Anchieta, que estava abandonado há 36 anos; a duplicação e requalificação de grandes avenidas, como a Pery Ronchetti, Café Filho, Galvão Bueno e a João Firmino; e a pavimentação e duplicação de 60 Km de ruas e avenidas. Projetamos 14 corredores de ônibus, dos quais quatro deixamos em construção: Corredor Leste-Oeste, que cruzará toda a cidade, com 13 quilômetros de pistas exclusivas para ônibus; o Corredor Alvarenga, com 3,6 quilômetros de extensão; o da João Firmino, com 2,6 quilômetros de extensão; e o Corredor Couros. Todos integravam o Plano Regional de Mobilidade.

Abrimos novos acessos e pavimentamos ruas nos bairros Parque Selecta, Goldem Park, Jardim Irajá e Rua Kara, bem como realizamos obras de pavimentação no Jardim João de Barro, Vila São Pedro, Jardim Jussara, Jardim Silvina, Royal Park, Jardim Las Palmas, Parque dos Químicos, Paulicéia, Cooperativa, Ferrazópolis, Baeta Neves, Vila Mariana, Assunção e Taboão. Implantamos 5,1 Km de ciclovias e ciclofaixas.

A frota de ônibus foi modernizada e ampliada entre 2009 e 2015: cresceu 10% em número de veículos. Os ônibus articulados, com capacidade para 123 passageiros, saltaram de nove unidades para 56 no mesmo período. Foram emitidos mais de 378 cartões do Programa Cartão Legal.

A cidade se dinamizou com o desenvolvimento de diferentes políticas públicas simultâneas. Em 2009, começamos a planejar São Bernardo para garantir uma cidade que oferecesse as melhores condições de desenvolvimento urbano, humano e ambiental. Uma das primeiras ações foi constituir o ConCidades (Conselho da Cidade e do Meio Ambiente), com a finalidade de garantir a participação dos diferentes segmentos da população na formulação,

implementação, avaliação e gestão da política urbano-ambiental. O objetivo era integrar as políticas de habitação, planejamento urbano, saneamento, mobilidade e meio ambiente.

Foi a partir da instituição do ConCidades, e por meio de um amplo processo participativo, que o novo Plano Diretor foi elaborado e definiu diretrizes e os objetivos das políticas setoriais e os instrumentos urbanísticos aplicáveis à gestão urbano-ambiental de nossa cidade, como o PEUC (Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsórios), com tem por objetivo fazer cumprir a função social da propriedade.

Um ousado plano de drenagem passou a ser implementado, o Drenar, maior projeto de combate às enchentes da história do município, que previa obras de combate às enchentes em 25 regiões, como no Alvarenga, Baeta Neves, Silvina, Assunção, Paulicéia, Demarchi, Jordanópolis, Vivaldi e no Centro.

A cidade ganhou um sistema integrado de manejo e gestão dos resíduos sólidos que ampliava o atendimento pela coleta seletiva porta a porta e qualificava outros serviços de limpeza urbana. Também iniciamos o debate para dar uma nova destinação aos rejeitos, que poderiam ser usados para produção de energia elétrica. Foram implantados 11 Ecopontos e 181 pontos de entrega de matérias recicláveis.

A manutenção da cidade foi uma prioridade que tornamos realidade através do Programa Rua Nova, que recuperou 60 Km de vias. Promovemos uma ampla requalificação das áreas verdes: mais de 97 praças e áreas verdes novas e reformadas, espalhadas em toda a cidade, como no Parque Chácara Silvestre, Parque Rafael Lazzuri, Parque Natural Municipal Estoril, Praça Giovane Breda, Praça Afonso Demarchi, Praça Zequinha de Abreu, Praça Benedito de Almeida Machado, Praça Botujuru, Praça Ceará, entre tantas outras. Também reestruturamos a Defesa Civil e criamos 15 Núcleos de Proteção e Defesa Civil nos Bairros.

Em 2009, criamos a Secretaria de Gestão Ambiental, que estruturou o Fundo Municipal de Recuperação Ambiental (FMRA) e elaborou a Política Municipal de

Meio Ambiente. Por meio do Projeto de Lei 6.163, de 2011, o primeiro que tratou especificamente da gestão ambiental no território, instituímos o Sistema Municipal de Meio Ambiente, que criou uma série de instrumentos de planejamento, gestão democrática, participação e controle da qualidade ambiental. A partir da estruturação do Sistema Municipal de Meio Ambiente, seus instrumentos passaram a ser operacionalizados, como as ações de educação ambiental nas escolas, implantação da Escola Livre de Sustentabilidade e modernização e gestão do licenciamento ambiental. O Parque Natural Municipal Estoril foi instituído como Unidade de Conservação e recebia cerca de 5 mil pessoas por fim de semana. Foram plantadas mais de 150 mil mudas de espécies da Mata Atlântica provenientes de compensação ambiental, além da implantação de uma agenda de sustentabilidade da cidade com vistas à prospecção de atividades econômicas compatíveis com o uso sustentável em áreas de manancial.

A política de segurança urbana foi totalmente remodelada a partir de 2009 com a adoção do conceito de Segurança Cidadã. O município passou a articular ações intersetoriais e regionais, como o Centro Regional de Formação entre as Guardas Municipais do Grande ABC e a integração com as Polícias Civil e Militar.

Ampliamos a Guarda Civil Municipal (GCM) em 90% com a contratação de 528 GCMs e descentralizamos sua atuação, com a implantação das Inspetorias Regionais. Os oficiais de segurança receberam formações de forma contínua de 2010 a 2015. Programas como Cidade de Paz e Turma Cidadã uniram comunidade e diferentes órgãos públicos no enfrentamento e prevenção à violência. Ferramentas de tecnologia foram implantadas, como o Centro Integrado de Monitoramento, que reunia Guarda Civil, SAMU, Defesa Civil e Trânsito. Também foram instaladas 400 câmeras de segurança pela cidade.

No desenvolvimento econômico do município não foi diferente. Buscamos avançar nas diretrizes de desenvolvimento das economias local e regional, priorizando o parque produtivo existente, com estímulo à diversificação e modernização, especialmente nas áreas de defesa e de petróleo e gás, em forte sinergia com as universidades e cursos tecnológicos. Procuramos dar impulso ao turismo como fonte de renda, inclusive o turismo industrial, e ampliamos

oportunidades de empreendedorismo, trabalho e renda. Durante as gestões 2009-2016, foi implantado, pela Saab sueca, a fábrica de componentes aéreos São Bernardo Tecnologia Aeronáutica; foram feitos investimentos em inovação e modernização pelas montadoras em processos e produtos; a Associação Parque Tecnológico de São Bernardo do Campo foi fundada; foram fortalecidos os arranjos produtivos locais (APLs), como os de ferramentaria, defesa, panificação, turismo, pesqueiro, moveleiro, de restaurantes, design e de economia criativa. Concebemos e instalamos a Sala do Empreendedor, a Central de Trabalho e Renda, a Cooperativa de Empreendimentos Solidários e as várias feiras de móveis da rua Jurubatuba.

Regionalmente, a prefeitura de São Bernardo do Campo atuou na coordenação do Consórcio Intermunicipal do Grande ABC, que objetivava conciliar ações na área de desenvolvimento urbano e ambiental e compatibilizar planos e projetos de interesse comum entre os municípios do ABC. Destacamos a elaboração do PPA Regional, Plano Diretor Regional, Plano Regional de Mobilidade, Plano Regional de Drenagem, além de representar a região nas discussões para a elaboração do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana de São Paulo.

Mais que obras, promovemos inclusão para as pessoas. Nos oito anos que a nossa população escolheu ser parte de um projeto coletivo foi possível iniciar juntos e transformar o sonho em realidade e construir uma cidade integrada, moderna e plena de direitos; com uma cidadania mobilizada e ativa, com igualdade de oportunidades e com vocação transformadora da realidade. Nesse caminho, estimulamos todos a fazer, pensar e repensar nossa cidade e a construir propostas que se converteram não apenas em esperança, mas em ações concretas para um futuro melhor, com um jeito novo de governar a cidade: solidário e participativo. Não somente administrar a cidade que herdamos, mas transformá-la. Por isso, trabalhamos numa lógica de inversão de prioridades.

4 ANOS DE ABANDONO

Preocupado em desfazer essas marcas da administração petista e em reservar recursos financeiros para seu último ano de mandato, o atual governo municipal investiu sistematicamente na deterioração dos serviços públicos. A saúde piorou significativamente, houve um desmonte e desorganização do SUS. A sujeira, o mato, o lixo e o entulho passaram a fazer parte da paisagem do centro e dos bairros. Os espaços comunitários e culturais, esvaziados de propostas e atividades, perderam a vitalidade. A execução das obras estruturais como os corredores, piscinão, Hospital de Urgência, foram atrasadas e reiniciadas nesses últimos anos de governo. A prefeitura voltou a ser administrada como um “escritório particular” ao qual só amigos e correligionários do atual prefeito têm acesso.

Os organismos plurais de discussão e encaminhamento de projetos para o desenvolvimento regional perderam sua atuação. Essa concepção atrasada e retrógrada de administração pública indica a incapacidade que as forças políticas conservadoras têm de enfrentar os problemas e desafios de uma cidade múltipla e plural como São Bernardo do Campo.

Incapacidade de compreender como a prestação de bons serviços públicos melhora concretamente a qualidade de vida da população. Incapacidade de enfrentar problemas urbanos e de buscar alternativas compartilhadas para o desenvolvimento econômico no plano local e regional. Essa concepção é sinônimo de atraso porque retarda ou despreza iniciativas e conquistas inadiáveis para o exercício da cidadania e porque exclui da discussão e da busca de soluções para os problemas da cidade os principais interessados: os diversos setores da população.

NOSSOS COMPROMISSOS

Muito além de um conjunto de promessas de campanha, nosso programa constitui o referencial para nossa ação concreta no governo municipal. Com ele queremos ampliar, diversificar e aprofundar as iniciativas bem-sucedidas de nossas gestões anteriores (2009-2016).

Reafirmamos que nossos compromissos de campanha são nossos compromissos de governo. A modernização e a moralização da política brasileira e a efetiva democratização de nossa sociedade exigem que se supere a tradicional prática de na campanha fazer uma série de promessas que são esquecidas durante o governo. Não podemos mais aceitar situações como a da última eleição presidencial. O candidato, que não apresentou uma linha sequer sobre como ia dirigir o país, nos faz sofrer os maiores índices de desemprego da história recente do Brasil.

É urgente que a sociedade brasileira enfrente os graves conflitos sociais gerados pelas contradições de classe e pelas mais profundas desigualdades do mundo. Hoje, nosso país está mergulhado na intolerância e no ódio. Cada candidato e cada partido têm uma visão própria sobre como enfrentar os problemas da sociedade. Cada partido e cada candidato representam uma proposta de atuação diante dos interesses contraditórios que se defrontam no cotidiano da política local, regional e nacional.

Nosso programa de governo, que expressa nossa proposta para o município e para a região, fundamenta-se num projeto de sociedade radicalmente democrático.

Uma sociedade em que todos tenham acesso aos bens e serviços públicos e participem de sua gestão. Uma sociedade em que a amplitude, a eficiência e a qualidade dos serviços públicos garantam uma vida melhor para as mais amplas camadas da sociedade e em que o Estado não seja nem mínimo, nem máximo, mas tenha capacidade adequada para devolver aos cidadãos e cidadãs em serviços eficientes e de boa qualidade a contrapartida dos impostos e taxas pagos, por meio de políticas públicas que incentivem a geração de emprego e renda.

Este Programa de Governo apresenta os nossos compromissos para o período de 2021 a 2024. Como sempre não se trata de um elenco de promessas

de campanha, mas de compromissos que, assim como foi feito nas duas administrações do prefeito Luiz Marinho (2009-2016), se apresentam como diretrizes e ações. Com ele queremos ampliar, diversificar e aprofundar as iniciativas bem-sucedidas de nossas gestões anteriores. Temos muito o que fazer para transformar São Bernardo do Campo efetivamente em uma cidade inclusiva, igualitária e garantidora de direitos econômicos, sociais e culturais para todos e todas.

A partir de cinco grandes eixos de intervenção estrategicamente definidos, esses compromissos serão implementados com a participação e o envolvimento da sociedade, buscando consolidar o que já vem sendo feito e, assim, avançar na construção de soluções para a cidade e sua gente.

Na nossa visão, os cidadãos e cidadãs - e seus direitos - adquirem mais protagonismo e ênfase no poder de suas capacidades para alcançar o desenvolvimento de maneira integral. Assim, as prioridades estão postas, na promoção dos valores de solidariedade, inclusão e igualdade, nos projetos que dirigem esforços para sua realização, identificando novos instrumentos e enfoques que envolvam toda a população na resolução de problemas compartilhados.

Continuaremos investindo na promoção de uma escola de qualidade, priorizando o acesso à educação infantil, além de garantir a alfabetização na idade certa para todas as crianças de nosso município. Vamos continuar reduzindo a taxa de analfabetismo da população adulta, oferecendo, ao mesmo tempo, educação formal e qualificação profissional para novas oportunidades de desenvolvimento no mundo do trabalho.

Nosso Programa de Governo vai centrar sua atuação em torno de cinco grandes eixos:

- **Desenvolvimento Econômico Sustentável com Geração de Trabalho e Renda** – para apontar e construir alternativas de desenvolvimento da cidade, articulando com ações de âmbito regional.

- **Desenvolvimento Humano e Inclusão Social**, que busca assegurar a toda a população seus direitos básicos de cidadania.

- **Integração Territorial e Qualidade de Vida**, visa propiciar à população uma cidade com qualidade ambiental e bonita, segura, com lazer e cultura em todos os cantos.

- **Participação Cidadã e Inovação Institucional**, busca ampliar e consolidar os espaços democráticos de relação entre a prefeitura e a comunidade a partir da implementação de novos canais de controle social, utilizando tecnologia de ponta para assegurar maior controle e transparência das ações do governo.

-**São Bernardo comprometida com o desenvolvimento regional e metropolitano,**

Para viabilizar cada um desses eixos, apresentamos um conjunto de diretrizes e ações que expressam meus compromissos e os da coligação que me apoia, entre os quais destaco:

❖ Uma forte atuação no **Desenvolvimento Econômico Sustentável com Geração de Trabalho e Renda**. São inúmeras as urgências e necessidades. No que diz respeito ao curtíssimo prazo, cabe ao futuro prefeito de São Bernardo do Campo debater e pactuar com as grandes empresas da cidade um plano de investimentos e de retomada da economia local que seja realizado durante os próximos quatro anos. Que permita retomarmos o dinamismo da indústria e vincularmos a esse dinamismo um comportamento também ascendente do comércio e do setor de serviços. Ainda no curto prazo, necessitamos com urgência de um plano de estímulo para as compras no comércio local e para a preservação e atração de empresas do setor de serviços, especialmente dos serviços empresariais de maior complexidade. Necessitamos apoiar as pequenas empresas, os microempreendedores individuais e as cooperativas vinculadas com a economia solidária, incluindo também a criação de frentes de trabalho. Necessitamos olhar para os desafios de cada bairro no combate à pobreza e no redesenho dos rumos de seu crescimento.

❖ **Combate à Pobreza** – Meu compromisso é cuidar das pessoas, o que se traduz também em avançar no combate à pobreza em nossa cidade. Para tanto, vamos implantar um Programa Integrado de inclusão Social - de forma matricial com as áreas de inclusão social, saúde, habitação, educação, desenvolvimento

econômico, cultura, esporte e lazer - para erradicar a pobreza absoluta em São Bernardo do Campo, articulando o Programa Bolsa Família e o Programa de Segurança Alimentar.

❖ Aprimorar ainda mais os investimentos nas áreas de saúde, habitação, educação, cultura, esporte e lazer, políticas públicas prioritárias para a melhoria da qualidade de vida da população que devem ser aprimoradas continuamente.

❖ Mais investimentos **na Segurança Urbana** nas ações que cabem ao município, já que se trata de uma política de responsabilidade fundamentalmente do Governo do Estado. Para isso, vamos ampliar a expansão da cobertura do videomonitoramento e também buscar, junto à rede privada, uma articulação com o Centro Integrado de Videomonitoramento, ampliando e modernizando a rede de iluminação pública e aprofundando a integração das diversas políticas públicas que permitam o exercício pleno da cidadania de forma segura.

As propostas do nosso Programa de Governo exigem um diálogo permanente entre o Executivo e a Câmara Municipal, balizado pela ética, pelo respeito mútuo e pela capacidade de estabelecer convergências em projetos de interesse coletivo.

Esses são os meus compromissos com a cidade.

Luiz Marinho.

1. Desenvolvimento Econômico Sustentável com Geração de Trabalho e Renda

O nosso ponto de partida em relação à economia de São Bernardo do Campo passa por uma constatação sobre o contexto em que acontece a eleição para a Prefeitura: a nossa cidade não está sozinha no desastre social e econômico que se instalou desde 2015, e a recuperação da economia local também deve ser vista como parte de um projeto de recuperação nacional. Vamos aos números, aos dados e aos fatos; e vamos a eles ainda sem termos os resultados do impacto que a pandemia do novo coronavírus causou e ainda irá causar, seja pela desastrosa atuação do governo federal no campo da saúde, seja por sua

postura omissa e insuficiente na implementação de medidas com o devido impacto para que se possa pensar na retomada da atividade econômica.

O período que se inicia em 2015 foi marcado desde sempre pelo abandono das políticas que conduziram a um expressivo crescimento econômico, especialmente a partir de 2003. O desmonte da engenharia brasileira e da indústria de construção pesada, além do desmanche da nossa cadeia produtiva de petróleo e gás, tiveram um efeito cascata que se reproduziu nos principais polos industriais do país, incluindo São Bernardo do Campo e todo o Grande ABC. A reforma trabalhista e outras medidas de precarização do trabalho contribuem para frear o consumo das famílias e bloquear qualquer perspectiva de recuperação sustentada da economia brasileira.

Estudo recente do DIEESE mostra que praticamente todas as grandes cidades industriais brasileiras têm perdas expressivas de emprego e valor adicionado, com a progressiva adoção de políticas econômicas claramente anti-industriais no nosso país. No caso de São Bernardo do Campo, essa perda chega a 30 mil postos de trabalho industriais quando comparamos 2010 com 2019, já considerando o emblemático fechamento da Ford, sob os olhares inertes da prefeitura e do governo estadual. A perda de empregos industriais no Grande ABC se aproxima dos 90 mil postos de trabalho desde o início da década. A elevação do número de falências e recuperações judiciais na indústria, especialmente a partir de 2015, também caracteriza o período recente. Aqui, vale notar que nossa cidade e nossa região também sofrem com a completa ausência do governo estadual, que, além de assistir ao processo de fragilização industrial do ABC, vem direcionando os investimentos mais expressivos para fora de nossa Região Metropolitana.

Em termos de valor gerado pela atividade industrial, a queda em São Bernardo do Campo, quando se compara 2010 com 2017 (último ano com dados oficiais), foi de 58%, passando de R\$ 23,6 bilhões para R\$ 9,9 bilhões. Considerando o Grande ABC como um todo, a queda foi de 42%, com o valor gerado pela indústria na região caindo de R\$ 50,2 bilhões para R\$ 29,6 bilhões. São Bernardo do Campo responde por cerca de 2/3 dessa redução.

A gravidade da situação fica evidente. Considerando que os anos de 2018 e 2019 não foram de crescimento significativo (com o agravante de encerramento da produção da Ford), temos um cenário bastante crítico, agravado pelo impacto da paralisação de atividades em função da pandemia. Importante notarmos que a queda do PIB municipal basicamente se explica pela queda da atividade industrial: entre 2010 e 2017, a geração de valor na cidade de São Bernardo do Campo cai de R\$ 54,2 bilhões para R\$ 39,6 bilhões. O mesmo raciocínio vale para a região como um todo: a perda de dinamismo industrial de nossa cidade responde, majoritariamente, pela queda da atividade econômica no Grande ABC. Também o potencial de consumo da cidade foi impactado, caindo inclusive entre 2018 e 2019, de R\$ 25 bilhões para R\$ 21,6 bilhões, estimando-se que em 2020 esse indicador fique abaixo de R\$ 20 bilhões.

Claro está que a economia municipal vai além das atividades industriais, com São Bernardo do Campo posicionada entre as 20 cidades brasileiras que mais contribuem com o PIB nacional. E o setor informal também se apresenta de modo importante, especialmente a partir de 2015; nossas áreas de preservação ambiental apontam para a necessidade de pensarmos atividades e serviços ambientais de forma inovadora.

Entretanto, a indústria segue como o principal segmento econômico da cidade e da região, com uma participação superior a 25% do PIB municipal e do PIB regional. O patamar é sensivelmente maior em relação ao comportamento registrado pela economia brasileira, onde a participação da indústria rapidamente caiu para cerca de 10% do PIB, de acordo com os últimos indicadores divulgados. Mais que isso, a região capitaneada por São Bernardo do Campo ocupa a 3ª posição entre as maiores economias industriais do país, atrás de São Paulo e do Rio de Janeiro. Retomar o dinamismo industrial do município se mostra, portanto, uma missão estratégica e fundamental para a Prefeitura, no processo de urgente recuperação da economia local e regional, ao longo dos próximos quatro anos.

Importante lembrarmos que os governos do Partido dos Trabalhadores em São Bernardo do Campo, no período 2009/2016, foram marcados por uma diversidade de políticas e programas de fomento à atividade econômica no

município. No campo industrial, São Bernardo se destacou pelos resultados alcançados no complexo automotivo, em meio a uma ativa política de desenvolvimento setorial baseada no programa Inovar Auto, lançado pelo governo federal a partir de um forte protagonismo da Prefeitura e de diversos atores locais, e que permitiu grande expansão da produção e do emprego em nossa cidade. No sentido da diversificação, a Prefeitura buscou articular iniciativas e investimentos ligados à cadeia produtiva de óleo e gás, e do setor de defesa, mapeando empresas e trazendo a importante unidade de fabricação de componentes do caça aéreo Gripen, que vai equipar a nova frota da FAB.

Mas a atuação do governo Marinho foi muito além, articulando os mais diversos segmentos industriais na forma de arranjos produtivos locais e, na maior parte das vezes, de impacto regional. Dentre outros exemplos, podemos aqui citar a indústria de ferramentaria, de contribuição estratégica para vários setores, como o próprio complexo automotivo.

De fato, São Bernardo do Campo buscou avançar nas diretrizes de desenvolvimento das economias local e regional por priorizar: fortalecer o parque produtivo existente, com estímulo à diversificação e modernização, especialmente nas áreas de defesa e de petróleo e gás, em forte sinergia com as universidades e cursos tecnológicos; dar impulso ao turismo como fonte de renda, trabalho e qualidade de vida para os munícipes; ampliar oportunidades de empreendedorismo, trabalho e renda.

Entre os fatos positivos que marcaram aquele período, podemos citar a fundação da Associação Parque Tecnológico de São Bernardo do Campo; o fortalecimento dos arranjos produtivos locais (APL), como os de ferramentaria, defesa, panificação, turismo, pesqueiro, moveleiro, de restaurantes, design e de economia criativa; a instalação e o funcionamento da Sala do Empreendedor, da Central do Trabalho e Renda e da Cooperativa de Empreendimentos Solidários; o festival gastronômico e o programa Rota dos Sabores; as sucessivas feiras de móveis da Rua Jurubatuba; e a estruturação do turismo industrial.

São inúmeras as urgências e necessidades. No que diz respeito ao curtíssimo prazo, cabe ao futuro prefeito de São Bernardo do Campo debater e pactuar com

as grandes empresas da cidade um plano de investimentos e de retomada da economia local que seja realizado durante os próximos quatro anos. Que permita retomarmos o dinamismo da indústria e vincularmos a esse dinamismo um comportamento também ascendente do comércio e do setor de serviços. A diversificação da economia do município deve ser um caminho também retomado, a exemplo do que fizemos na gestão anterior, trazendo uma das fábricas da Saab para a montagem de aeroestruturas do projeto Gripen no setor de Defesa.

Ainda no curto prazo, necessitamos com urgência de um plano de estímulo para as compras no comércio local e para a preservação e atração de empresas do setor de serviços, especialmente dos serviços empresariais de maior complexidade. Necessitamos apoiar as pequenas empresas, os microempreendedores individuais e as cooperativas vinculadas com a economia solidária, incluindo a criação de frentes de trabalho. Necessitamos olhar para os desafios de cada bairro no combate à pobreza e no redesenho dos rumos de seu crescimento. Devemos apoiar a entrada dos jovens no mercado de trabalho, tendo a cultura, o esporte e o lazer como focos de revitalização da economia, além de retomar os mecanismos de intermediação entre oferta e demanda de trabalho e os programas de educação profissional abandonados pelo atual governo municipal. Precisamos usar as compras governamentais para alavancar a economia do município e da região, induzir investimentos e ampliar o volume de empregos. Esse conjunto de iniciativas deve fazer parte de um plano de recuperação acelerada da economia de São Bernardo do Campo, pactuado junto à sociedade e às principais entidades organizadas de nossa cidade, valorizando a tradição de diálogo social de nossos governos.

Para além disso, cabe ao governo de São Bernardo do Campo, na condição de grande centro industrial e uma das maiores economias locais do Brasil, o papel de articular um plano de retomada. Uma retomada que, além da recuperação no mais curto prazo, permita desenhar uma nova estrutura econômica na cidade, na região e no país. A indústria deve continuar sendo o carro-chefe desse processo, sendo o elo central e decisivo do encadeamento econômico com os segmentos de serviços e do comércio, como mostram os resultados de segmentos como refeições coletivas, saúde privada, transporte

empresarial e logística, de modo diretamente relacionado ao desempenho da atividade industrial. Do mesmo modo, a viabilidade de uma arrecadação pública capaz de executar as tarefas urgentes do governo de São Bernardo do Campo está centralmente ligada ao desempenho da indústria local, uma indústria renovada, compromissada com o suporte ao campo das infraestruturas essenciais, como o saneamento básico ou as energias renováveis, compromissada com a sustentabilidade enquanto objetivo global, com nossa geração e com as futuras gerações. A indústria sintonizada com os desafios de inclusão social e econômica de nossa população, sintonizada com os desafios do desenvolvimento sustentável. Jamais podemos esquecer que nosso território também se estende sobre uma relevante área de preservação dos mananciais, com a emblemática Represa Billings e seu entorno, expressando de forma muito evidente a importância de caminharmos na direção de uma economia verde.

A presença da Universidade Federal do ABC, uma importante conquista recente da cidade e da região, nos coloca em condição de pensar uma nova economia. Em torno dela entendemos que deva estar a nossa principal conexão no campo da pesquisa e desenvolvimento tecnológico, articulada com o setor produtivo, articulada com uma indústria forte, mas renovada, articulada com a promoção da criatividade e da inovação nos vários campos de atividade, contemplando, nessa perspectiva, uma inclusão digital democratizante, desde as crianças até os idosos, mas com forte ênfase na capacitação voltada à juventude e no papel central de empresas inovadoras, existentes ou novas, no dinamismo econômico de nossa cidade e região. Com a dimensão social e a dimensão ambiental presentes de forma clara entre os pilares dessa nova construção. Articulando desenvolvimento econômico com as demais dimensões fundamentais para a vida da cidade e na cidade: as políticas sociais, com destaque para o papel transformador da Educação; a política urbana e a articulação metropolitana; a segurança pública; a gestão ambiental; e a melhoria das infraestruturas, desde a habitação e a iluminação até o transporte público e o saneamento básico. Não vai ser um caminho simples, mas reerguer a economia será também a missão necessária do futuro governo de São Bernardo do Campo.

2. Desenvolvimento Humano e Inclusão Social

Vivemos num país profundamente desigual! Esse momento de pandemia do Covid-19 escancarou como a vivência de uma grave situação, que afetou a todos, não incidiu igualmente em todas as comunidades. Quanto maior a vulnerabilidade econômica e social, maior a chance de morte e de sequelas importantes na qualidade de vida. É fundamental, na próxima gestão municipal, implantar um projeto de desenvolvimento humano que articule várias dimensões, centrado nas pessoas e fortemente comprometido com a inclusão social.

De 2009 a 2016, nos governos Marinho, importantes mudanças no conteúdo das políticas públicas municipais foram produzidas, buscando romper com a fragmentação e promovendo a superação das desigualdades, com ações de inclusão social, oferta de oportunidades e acesso a serviços e bens públicos de qualidade. Essas mudanças asseguraram o atendimento às pessoas com critérios de universalidade, igualdade e justiça social, assegurando a prioridade aos mais vulneráveis.

Por meio de sua política de assistência social, a Prefeitura implantou novos serviços – tanto no enfoque como na prática – voltados à criança e ao adolescente, à juventude, às pessoas com deficiências, aos direitos da mulher, às diversidades, à pessoa em situação de rua, à igualdade racial e à pessoa idosa. O cuidado a essas populações foi implantado de forma articulada com outras políticas públicas, como nas áreas de saúde, habitação, desenvolvimento econômico, segurança urbana, entre outras.

Na saúde, o período 2009/2016 marca um novo modo de governar, pautado pelo compromisso com o cuidado humanizado e com a ampliação do acesso às ações e serviços. Os investimentos realizados na saúde possibilitaram uma total reestruturação do SUS em São Bernardo do Campo, transformando nossa cidade em referência para todo o país na melhoria do atendimento ao cidadão.

A revolução realizada na saúde possibilitou a construção de nove UPAS, 34 UBS construídas e/ou ampliadas com 136 equipes de saúde da família e quase mil agentes comunitários de saúde. Foi priorizada a promoção da saúde com

ações qualificadas das vigilâncias e com ações como os programas De Bem com a Vida e Academia da Saúde. Foram implantados CAPS para saúde mental e para álcool e outras drogas com projetos de geração de renda e Residências Terapêuticas que garantiam a vida em liberdade a quem ficou décadas preso nos manicômios, fazendo dessa uma política reconhecida internacionalmente. Foram construídos dois novos Centros Especializados de Odontologia (CEO) e ampliados os consultórios odontológicos em todas as UBS. Foi ainda implantado o Centro Especializado de Reabilitação – CER e ampliada a Policlínica do Alvarenga e do Centro. Na área hospitalar houve uma ampla reorganização, com a qualificação do atendimento no Hospital Municipal Universitário (HMU), que passou a ser o hospital da mulher, a ampliação no atendimento de quimioterapia no Hospital Anchieta, a construção do Hospital de Clínicas e o início da construção do Hospital de Urgência. Implantamos o programa de internação de cuidado domiciliar - PID.

Tivemos uma profunda mudança no modelo de cuidado, organizando os fluxos de atendimento e implantando o acolhimento em todos os serviços de saúde. Os trabalhadores da saúde foram protagonistas no processo do cuidado, fortalecendo vínculos com os usuários. Neste momento de pandemia de Covid-19, fica ainda mais visível a importância de um sistema de saúde de qualidade e que seja para todos!

Nos últimos 4 anos, contudo, assistimos a um desmonte do sistema municipal de saúde, com consequências importantes para toda a população, particularmente para os que dependem do SUS. Um exemplo disso é o Hospital de Urgência. Concebido durante o governo Marinho, que planejou o hospital, captou recursos e iniciou as obras, só agora, na véspera das eleições, foi entregue à população, ainda assim funcionando precariamente. Aliás, precariedade é a palavra de ordem na gestão Morando. Basta constatar a lamentável realidade de outros equipamentos de saúde da cidade, como o Hospital Anchieta, praticamente desativado. Um processo de desarticulação da rede, desabastecimento de medicamentos, não reposição dos médicos e outros trabalhadores, a volta do manicômio e o aumento das filas na atenção especializada com a precarização de serviços como CAPS e CER.

Os desafios do próximo governo serão retomar a política pública de saúde municipal implantada até 2016 e qualificar ainda mais o cuidado às pessoas, aprofundando as mudanças que foram iniciadas naquela época e interrompidas pela péssima e descompromissada gestão de Orlando Morando. Devemos investir e ampliar a rede de serviços de qualidade e atendimento respeitoso e digno, articulando ações de promoção, proteção e assistência e cuidados intersetoriais. Vamos ampliar o cuidado na atenção básica, levar UBS para territórios ainda descobertos, ampliar e recuperar a rede de CAPS, ampliar e aperfeiçoar o acesso à atenção especializada, investindo em estratégias que garantam a integração do cuidado nos territórios. Retomar o funcionamento integrado do complexo hospitalar, consolidando o funcionamento do HU, retomando e valorizando o papel do HC, reformando e qualificando o HMU e o Anchieta. Vamos fortalecer a articulação regional chamando o estado e o governo federal ao cumprimento do seu papel no funcionamento do SUS. Vamos retomar a foco no cuidado humanizado e centrado nas pessoas.

Nos comprometemos com a valorização dos trabalhadores, fortalecer a rede de saúde escolar e o desenvolvimento de processos de educação permanente para trabalhadores.

Para avançar na superação das desigualdades sociais e ampliar a inclusão, a política de educação é central. De 2009 a 2016, trabalhamos com a concepção de que educar não é apenas treinar e reproduzir informações, mas oferecer oportunidade de acesso ao saber, à ciência, à tecnologia, às artes e à filosofia, contribuindo para que as crianças desenvolvam suas próprias habilidades, facilitando sua compreensão das relações humanas com a natureza, a cultura, a vida econômica, social e política e a maneira como cada um vai se situar na sociedade, compreendendo e respeitando a singularidade de cada ser humano. Infelizmente esta perspectiva foi interrompida no último governo com o fim dos CEUs, minimização do Programa Tempo de Escola, distorção da educação em tempo integral, privatização e terceirização do atendimento de creches e desconsideração à política de inclusão.

Na nova gestão Luiz Marinho vamos retomar o investimento na promoção de uma escola de qualidade, priorizando o acesso à educação infantil, além de garantir a alfabetização na idade certa para todas as crianças de nosso município. Vamos continuar reduzindo a taxa de analfabetismo da população adulta, oferecendo, ao mesmo tempo, educação formal e qualificação profissional para novas oportunidades de desenvolvimento no mundo do trabalho.

Para garantir um desenvolvimento com inclusão social o direito à moradia é uma prioridade. A realidade da pandemia do Covid-19 vem mostrando como as populações que moram em áreas muito vulneráveis ou estão em situação de rua têm maior risco de contaminação e mortalidade. Temos orgulho do avanço significativo da Política de Habitação em São Bernardo do Campo de 2009 a 2016. Realizamos uma ruptura com o modelo de cidade que tinha como política alocar pessoas em alojamentos provisórios, que se tornavam permanentes, sem quaisquer condições de habitabilidade e salubridade. Inauguramos um modelo de gestão em que a habitação foi estruturada como uma política prioritária de governo.

Por meio da articulação dos programas de Urbanização Integrada e Produção Habitacional, foram asseguradas ações em 27 áreas, beneficiando 15.865 famílias (no âmbito dos programas federais PAC e Minha Casa, Minha Vida). Foram entregues 4.911 unidades habitacionais e mais 1.887 já estavam com obras em andamento. Deixamos em processo de contratação obras que abrangem mais 19 áreas. O governo priorizou também empreendimentos do MCMV Entidades, em parceria com os movimentos de moradia.

O Programa de Regularização Fundiária alcançou 75 assentamentos consolidados, abrangendo 25.781 moradias, das quais 4.696 regularizadas e mais seis mil próximas da conclusão. Outra prioridade foi o Programa de Redução de Riscos e Ações Emergenciais, que executou obras de correção de risco beneficiando 7.727 famílias.

Milhares de famílias puderam, nos governos Luiz Marinho, acessar o direito à uma moradia digna! Direito esse interrompido pela gestão do atual prefeito, por exemplo com o atraso na conclusão (muitas incompletas) da regularização fundiária de 79 áreas (o que corresponde a 38 mil títulos de propriedade) que estavam em andamento na gestão Marinho. A atual gestão, por absoluta falta de competência, não concluiu obras na área de habitação que já contavam, inclusive, com recursos separados para a licitação, como no Alvarenga Peixoto, Divinéia/Pantanal e Saracantan/Colina. Outras obras, com recursos e que estavam em execução, da mesma maneira não foram concluídas, como no Silvina Audi, Vila Esperança e Capelinha. Além de tudo isso, há o agravamento das situações de risco de desabamento e soterramento em nossas comunidades mais carentes.

Mas nós vamos mudar isso! Nosso compromisso é voltar a ter a habitação como prioridade, executar todos os projetos parados ou em andamento e retomar o importante processo de Regularização Fundiária. Vamos levantar as demandas em cada território de forma participativa e de novo será central o compromisso de ampliar o acesso ao direito de morar.

O processo de inclusão social é multidimensional, envolvendo aspectos sociais, econômicos, urbanos e políticos. Nosso Programa de Governo leva em conta esses inúmeros aspectos, buscando ampliar e consolidar as muitas políticas de inclusão e inserção social.

Para a juventude, negligenciada no atual governo, devemos garantir a transversalidade das políticas e sua execução de forma articulada, considerando o território como espaço de integração dos jovens para o acesso à produção cultural, a prática esportiva, o debate de ideias e a mobilidade territorial. As políticas para pessoas com deficiência serão integradas, visando o desenvolvimento integral e a ampliação do acesso à vida com qualidade na cidade, nas suas várias dimensões.

Para São Bernardo voltar a ser uma cidade que garante direitos é nosso compromisso trabalhar para que os direitos da pessoa humana sejam

respeitados, independentemente da condição social, raça, idade, credo, orientação sexual ou do local onde nasceu. É preciso enfrentar com radicalidade a necessidade de ampliar e qualificar políticas afirmativas que façam avançar na garantia de direitos e no exercício mais ampliado da cidadania.

Assumimos o compromisso de desenvolver ações e projetos específicos e articulados de enfrentamento das várias dimensões da violência. Vamos fazer a articulação de programas integrados, intersetoriais e transversais para a promoção da igualdade e equidade, no intuito de combater toda a forma de violência, discriminação e intolerância, especialmente para a promoção da igualdade racial, da pessoa com deficiência e da pessoa idosa, crianças e adolescentes, inovando na produção de políticas inclusivas e de defesa de direitos.

Um importante compromisso é garantir a ampla defesa dos direitos humanos e sociais das mulheres, fortalecendo as ações de prevenção e enfrentamento à violência de gênero, garantindo maior investimento na qualificação profissional das mulheres e em novos nichos para sua inserção no mercado de trabalho.

É preciso um olhar especial às pessoas em situação de rua. Nosso compromisso é compreender suas trajetórias e necessidades e priorizar políticas públicas integradas que favoreçam a ampliação da qualidade de vida na perspectiva da inclusão social.

O enfrentamento da pobreza é central! Sem acesso a uma renda mínima não é possível colocarmos no horizonte a superação de um nível de miserabilidade que retira a dignidade do viver. Nosso compromisso é aprofundar todas as políticas aqui detalhadas tendo sempre esta perspectiva e a prioridade às populações vulneráveis. Para garantir que todos tenham acesso ao que é essencial para garantir uma vida digna, precisamos cobrar uma atuação efetiva e conjunta do governo estadual e federal, hoje distantes desta preocupação. Vamos articular as políticas de desenvolvimento econômico com as de inclusão social e enfrentamento da pobreza.

Colocar sempre as pessoas no centro das políticas públicas! Desenvolvimento humano com inclusão social é um compromisso prioritário no nosso programa de governo. Recuperar, ampliar, qualificar todas essas políticas aqui anunciadas é o nosso compromisso! Mas só isso não basta. Nesse nosso governo queremos avançar ainda mais! Uma marca dessa nossa gestão será uma profunda integração das políticas de inclusão social! Vamos implantar um jeito de governar onde as diferentes redes que cuidam das pessoas na cidade serão articuladas nos espaços territoriais, junto com a população e movimentos sociais e também nos espaços centrais de governo!

3. Integração Territorial e Qualidade de Vida

Cerca de 4 bilhões de pessoas vivem, hoje, nos centros urbanos. Essa população necessita de governos locais que promovam o enfrentamento das crescentes desigualdades sociais, atendendo às demandas por habitação segura e acessível; por transportes de qualidade, conectados e sustentáveis ambientalmente; por um sistema de saúde eficaz, humanizado e acolhedor; por educação de qualidade que atue para propiciar formação humanizada e inserção no moderno mercado de trabalho dos mais necessitados; por sustentabilidade no meio urbano, entendida como qualidade ambiental, paisagem qualificada na cidade e segurança contra os eventos causados pelas mudanças climáticas.

No nosso entender, administrar São Bernardo significa oferecer níveis crescentes de qualidade de vida a todos seus cidadãos, com especial atenção às áreas da cidade menos atendidas pelos serviços públicos e onde mora a população mais necessitada do apoio da prefeitura. É fundamental trabalharmos para reduzir as disparidades na oferta da infraestrutura do município e dos serviços urbanos.

Essas políticas se entrelaçam com nossa visão de uma cidade com **desenvolvimento urbano**, traduzida numa São Bernardo bonita, com qualidade de vida e boa de se viver. Significa o direito à cidade a todos seus moradores.

Desenvolvimento urbano na nossa visão significa uma cidade mais justa, com oportunidades de trabalho distribuídas por todo o território e no atendimento das necessidades de infraestrutura e serviços a todos os cidadãos. Qualidade de vida garantindo a cidadania. A mais importante cidade do ABC terá políticas que garantam o uso social da terra no meio urbano.

Instrumentos de política urbana criados na nossa gestão, o PEUC (Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsória) e o IPTU progressivo serão utilizados para estimular o uso de imóveis ociosos nas áreas onde a infraestrutura instalada é propícia à instalação de atividades econômicas que gerem riquezas para nossa cidade, diminuindo, assim, a pressão para a ocupação das áreas periféricas, onde a urbanização é mais cara.

Nossa política urbana também estimulará a criação de pólos de atividades econômicas espalhados pela cidade, criando empregos nos bairros. Estimularemos a prestação de serviços nos centros de bairros, dotando-os de estruturas urbanísticas e manutenção qualificada, de forma a criar um ambiente de negócios que estimule as empresas a se distribuírem pela cidade, fortalecendo, dessa maneira, a rede de comércio local. Buscaremos uma cidade policêntrica, onde os cidadãos não necessitem obrigatoriamente ir ao centro da cidade para buscar produtos e serviços.

Os centros de bairros serão a base dessa política, com atenção especial à manutenção, zeladoria, iluminação, transporte público, limpeza, segurança e serviços públicos em geral. Além dos centros de bairros já consolidados, estimularemos a criação de novos em locais onde há referências urbanas importantes, como o Hospital de Clínicas. Nesses centros de bairro vamos disponibilizar diversas modalidades de serviços, inclusive de saúde, de modo a fortalecer sua importância para a população e sua centralidade sócio administrativa.

Nossa política de planejamento usará como base o mapeamento dos territórios social e economicamente vulneráveis. A prestação de serviços da prefeitura será otimizada, concentrando as ações nas áreas de cultura, esporte,

lazer, desenvolvimento econômico e formação profissional nos chamados Territórios de Inclusão, que passarão a servir como instrumento para a redução das disparidades sociais. Os equipamentos públicos espalhados pelos bairros, como escolas, centros comunitários e esportivos, serão usados como bases físicas para uma série de políticas de inclusão que, dessa forma, se espalharão pela cidade.

Construiremos uma São Bernardo com qualidade ambiental e mais bonita, uma cidade resiliente e um campo de demonstração de soluções de infraestrutura verde. Uma cidade de soluções modernas.

Neste momento, a qualidade de vida nas cidades passa pela implantação de políticas de **enfrentamento às mudanças climáticas**, com atenção especial à oferta de habitação para os ocupantes de áreas de risco e ao monitoramento permanente dessas regiões, sensíveis aos eventos extremos de chuva com suas consequências conhecidas: alagamentos e deslizamentos de solo.

Retomaremos, no enfrentamento às mudanças do clima, o trabalho iniciado pelo prefeito Marinho quando presidente do Consórcio Intermunicipal do ABC, quando realizamos o Inventário Regional de Emissões de Gases de Efeito Estufa. Esse documento, além do inventário, indicava as políticas necessárias para a redução de emissões, assim como medidas de mitigação e adaptação.

A **política ambiental da cidade** deve se implantar observando a busca da qualidade de vida urbana: o licenciamento e o controle das fontes de poluição são ferramentas importantes para harmonizar a cidade e o desenvolvimento econômico.

Parte de uma região fortemente conurbada, onde as divisas entre as cidades se diluem, São Bernardo necessita criar uma **linguagem paisagística** que a caracterize. O embelezamento das áreas verdes da cidade, dotando-as de vegetação adequada - com diversidade de formas e cores - e aumentando essas áreas verdes com a incorporação de terrenos públicos subutilizados, trará essa identificação paisagística, que marcará o município como um recanto de qualidade na Região Metropolitana de São Paulo. Conectaremos essas áreas

utilizando a arborização de ruas e avenidas para a criação de corredores verdes, que tornarão mais natural a paisagem urbana e amenizarão os picos de temperatura da cidade.

Espalharemos por São Bernardo soluções de **infraestrutura verde**: inteligentes, baratas, simples e racionais. Equipamentos locais de drenagem, de permeabilidade do solo, de captação e reúso de água da chuva serão distribuídos nas novas obras, em vias públicas e em equipamentos municipais, aumentando a captação da água na época das chuvas mais fortes e reutilizando-a na estiagem. Dessa forma, poderemos minorar dois problemas que temos: as enchentes e as secas.

Avançaremos ainda mais na **reciclagem e na coleta seletiva**. Ampliaremos os serviços implantados nas duas primeiras gestões do prefeito Luiz Marinho, investindo novamente na formação das cooperativas de reciclagem, estimulando seu crescimento profissional.

Implantada por nós, a coleta seletiva porta a porta será reforçada. Retomaremos nossas ações de estímulo à coleta de empresas e ao aumento da coleta de pilhas, baterias, óleo e outros produtos com alto potencial poluidor.

Atendida na coleta e tratamento de esgoto pela SABESP, São Bernardo necessita ser uma cidade que colete e trate 100% dos seus esgotos. Nossa gestão intensificará a fiscalização dos serviços prestados pela companhia estadual, priorizando as obras que colem e afastem os esgotos que ainda hoje poluem a Represa Billings. É inaceitável que no século XXI uma cidade da importância da nossa ainda apresente essa questão não resolvida.

São Bernardo do Campo é uma cidade especial. Localizada no topo da Serra do Mar, no caminho por onde passaram os colonizadores do território brasileiro, polo industrial construtor de parcela significativa da riqueza do país, temos a vocação de também produzir parte da água que abastece a Região Metropolitana e de gerar energia elétrica pela usina Henry Borden.

Essas duas importantes vocações da cidade e seus impactos sobre o território foram historicamente negligenciadas pelas administrações, que fizeram com que a cidade virasse de costas para seus importantes recursos naturais das **Áreas de Proteção e Recuperação de Mananciais, as APRMs**. Essa negligência, rompida nos governos Marinho, aliada ao também histórico desprezo ao atendimento das necessidades habitacionais da população de baixa renda, fez com que a ocupação das APRMs se desse de forma desordenada e predatória. Nosso governo retomará as rotinas de fiscalização interrompidas pelo atual governo, ação fundamental para proteger a região.

Se é necessário proteger as áreas desocupadas, é fundamental também retomarmos as ações de recuperação ambiental das áreas ocupadas com intervenções habitacionais e com soluções urbanísticas verdes, de forma a restaurar os serviços ambientais nesse território.

Aliado a isso, o governo municipal **liderará um processo político de revisão da chamada Lei de Mananciais**, que em vários casos aplica em áreas já densamente urbanizadas padrões de ocupação compatíveis com áreas que ainda mantém características naturais. Ou seja, exige de bairros populares e densos padrões de ocupação de bairros verdes, o que é inviável. Para esses locais, trabalharemos com coleta e tratamento de esgoto, tratamento de resíduos sólidos de forma intensa, uso de infraestrutura verde de drenagem nas obras futuras e nos equipamentos públicos existentes e intensificação da implantação de áreas verdes nos espaços públicos remanescentes.

Essas áreas, bairros extensos já ocupados que perderam suas características de produtores de água, serão tratados de forma cuidadosa na oferta de serviços ambientais, mas devem ser tratados como bairros da cidade. Seus moradores não podem mais ser sacrificados com restrições ambientais injustificadas na situação da atual ocupação. Bairros ambientalmente sensíveis, é verdade, mas não como produtores de água, o que deixaram de ser em virtude de fracassadas políticas ambientais estaduais. Mas felizmente São Bernardo ainda conta com expressiva parcela do território conservado, com extensa área de Mata Atlântica.

Nessa região, retomaremos as políticas do governo Marinho de incentivo às atividades econômicas conservacionistas como o ecoturismo, estimulando a consolidação de passeios turísticos como o Caminho do Sal, Caminhos do Capivary, acompanhando o processo de concessão em curso do Caminho do Mar e fortalecendo o Parque Natural Municipal do Estoril como centro regional de educação ambiental de Mata Atlântica e de proteção aos mananciais.

Uma cidade **mais segura** pressupõe a utilização de inteligência, de cuidados urbanísticos para prover sensação de segurança e de articulação com políticas sociais para a oferta de serviços à população que levem à redução da violência. Retomaremos o uso de ferramentas de inteligência para identificar os locais mais inseguros para dotá-los de ações preventivas conjuntas da GCM e das polícias Militar e Civil. Além disso, ampliaremos a rede de monitoramento por câmeras, oferecendo maior cobertura do território. Os serviços urbanos, como de iluminação e de poda da vegetação, também serão manejados de forma a propiciar o aumento das condições de segurança na cidade.

A segurança não é garantida apenas com ações policiais. A identificação de regiões mais vulneráveis, onde se faz necessária a maior presença dos serviços da prefeitura, também poderá contribuir para amenizar os problemas de violência urbana, oferecendo à população desses locais serviços de **cultura, esporte e lazer** integrados.

Num momento especialmente difícil para as prefeituras, em que os investimentos federais e estaduais não priorizam os mais pobres, nossas ações de **cultura, esporte e lazer** atuarão sobre os territórios socialmente vulneráveis da cidade de modo a oferecer essas políticas nos locais onde a população mais necessita. Uma forma de racionalizar os serviços e de potencializar as políticas públicas, com maior resultado. Nos governos Marinho o programa Cidade da Paz já articulava e potencializava ações em territórios socialmente vulneráveis, e essa ação será ampliada.

A mobilidade urbana continua sendo o grande desafio da nossa cidade e novamente será a grande bandeira do Luiz Marinho. A priorização e qualificação

do transporte coletivo é de suma importância para reduzir congestionamentos, emissão de poluentes, acidentes de trânsito, bem como proporcionar uma significativa melhoria na qualidade de vida dos cidadãos, garantindo a democratização do acesso ao espaço público.

A fluidez e a segurança constituem pontos centrais no debate sobre o trânsito e a mobilidade nas cidades, assim como quando se pensa na operação de um sistema de transporte coletivo.

A infraestrutura atua fortemente na indução do desenvolvimento e prepara a cidade para mais qualidade de vida. Um projeto de mobilidade urbana que priorize o transporte público e coletivo é a melhor solução para reduzir os congestionamentos. A implantação de um sistema racional de transporte coletivo promoverá a integração dos diversos modos de circulação, democratizando o acesso à cidade.

No período de 2009 a 2016, Luiz Marinho planejou importantes ações estruturantes para o transporte coletivo, como a implantação de 12 corredores de transporte coletivo, incluindo os dois grandes eixos da cidade (Leste-Oeste e Norte-Sul). Também incentivou e apoiou, com recursos financeiros e técnicos, a implantação da Linha 18-Bronze do Metrô, que ligaria São Bernardo do Campo à rede metropolitana através da Estação Tamanduateí.

Para suportar os custos das obras dos corredores, o governo de Luiz Marinho conseguiu financiamento de 1 bilhão de reais junto a programas e bancos de financiamento: o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) e o CAF. As obras foram iniciadas: os Corredores Leste/Oeste, Alvarenga, João Firmino e Vergueiro; e o Terminal Grande Alvarenga, iniciaram a mudança definitiva do conceito de mobilidade na cidade.

Para a implantação da Linha 18-Bronze do Metrô, o Governo de São Paulo contratou um consórcio de empresas, para elaborar o projeto executivo, a construção e a sua operação. A Prefeitura de São Bernardo do Campo deu todo o apoio e fez todas as ações necessárias, em parceria com o Consórcio. O projeto executivo foi, dessa maneira, redigido. Porém, a falta de empenho do atual prefeito permitiu que o governador Dória trocasse o projeto original de metrô para um BRT (um ônibus articulado), cuja capacidade de atendimento, conforto e rapidez são inferiores ao projeto que havíamos apresentado. O

Governo do Estado paralisou a implantação, desfez o contrato e tenta substituir a Linha-18 do Metrô por um serviço de ônibus. Apesar de ser uma política de responsabilidade do governo estadual, retomaremos as gestões para a instalação do metrô em São Bernardo.

Dos corredores iniciados por Marinho, somente as obras do João Firmino foram terminadas pela atual gestão e, mesmo assim, não foram realizadas as alterações operacionais nas linhas para permitir a integração entre elas. As obras do Corredor Alvarenga foram feitas pela metade, pois o projeto idealizado por Marinho, e solicitado pela população da região, previa que o corredor ultrapassaria a Rodovia dos Imigrantes e iria até as proximidades da Escola Arlindo Miguel.

Outros corredores - como Castelo Branco, Galvão Bueno e Rotary - tiveram suas obras iniciadas pela atual gestão, mas a falta de planejamento não permitiu que nenhuma delas tenha sido finalizada. Também não foi feita a integração operacional das demais linhas aos corredores, passo essencial para o bom funcionamento do sistema. Da mesma maneira, ainda precisa ser implementada a importantíssima integração tarifária das linhas de ônibus. Um verdadeiro descaso e desperdício do dinheiro público.

Precisamos retomar a implantação do Sistema de Transporte iniciado pela gestão Marinho e abandonado pela atual gestão. Nosso desafio agora é continuar a tornar a cidade mais acessível. Para isso, temos a tarefa de retomar a implantação de todos os corredores já projetados, dando um salto de qualidade no sistema de transporte coletivo, potencializando as possibilidades de locomoção e circulação de pedestres e pessoas com mobilidade reduzida, além de melhorar a fluidez e a segurança do trânsito.

Desta forma será garantida a diminuição dos tempos de viagem, com qualidade e segurança, além da integração do usuário de todas as linhas municipais com a CPTM e o Metrô.

Também serão feitos investimentos visando a implantação do metrô-cabo (teleféricos) nas regiões montanhosas, o transporte fluvial, para ligar a região do pós-balsa ao Alvarenga e a ampliação e consolidação da rede cicloviária com pontos de conexão.

Todas essas ações e a unificação tarifária são medidas com potencial transformador que, no limite da autonomia municipal, atendem ao objetivo de

aproximar as pessoas dos locais de desenvolvimento de atividades econômicas, culturais, de lazer, educação e saúde. Não poderá ser deixada de lado a articulação regional e metropolitana pela melhoria do transporte coletivo, inclusive com a vinda do metrô ao ABC.

4. Participação Cidadã e Inovação Institucional

A participação cidadã é um dos pilares da nossa concepção de gestão pública. Prova disso é que nunca antes tantos canais efetivos de participação foram abertos ao cidadão e à cidadã como nas gestões do prefeito Luiz Marinho. Os oito anos mostraram que a participação cidadã não é uma panaceia ou chave milagrosa para a solução dos problemas da cidade. A participação cidadã consiste, isto sim, num componente indispensável de um novo método de administrar, baseado na cultura política dos direitos, com seus próprios desafios e virtudes.

A participação cidadã se opõe, em sua essência, aos valores do populismo e do clientelismo. A intervenção da comunidade na definição de projetos de obras públicas e na sua execução a partir da deliberação no PPA e no Orçamento Participativo – ou nas discussões sobre os rumos da cidade no Concidade – contrapõe-se ao princípio do poder administrativo, pois reconhece e integra à ação da prefeitura o saber próprio e insubstituível das pessoas usuárias dos serviços públicos de saúde, educação, cultura, esporte, lazer, entre outros.

Ao compartilhar o poder político com a comunidade – o processo de participação cidadã na prefeitura vincula-se à disseminação de espaços de decisão – a efetivação dos direitos e a participação cidadã só florescerão se cultivadas no terreno fértil da socialização das informações. Esse exercício do poder, em cogestão com a comunidade, se por um lado traz direitos, também traz responsabilidades. O cidadão e a cidadã sabem que a sua participação é fundamental na construção do presente e do futuro de São Bernardo do Campo.

Participação Cidadã é muito mais que o PPA e o Orçamento Participativo. Por isso, foram revistos os diversos canais de participação, como Conselhos Temáticos, Conselhos de Unidades de Saúde e de Escola, e outros foram criados, como o ConCidade, o Conselho Municipal do Orçamento, o Conselho de Segurança Alimentar, o Conselho Municipal da Juventude, o Fórum de Diálogo Religioso, o Fórum de Diálogos Permanentes com as Mulheres, que ocorrem nas vinte regiões de planejamento da cidade, entre outros.

Nosso desafio será ampliar ainda mais a participação cidadã, com a criação de novos espaços e a articulação dos diversos canais de participação. Vamos realizar uma administração cada vez mais transparente, que incorpore efetivamente a participação dos cidadãos e cidadãs e que permita maior controle social sobre suas ações.

Para fazer frente às expectativas e necessidades de uma cidade como São Bernardo, que busca reduzir a disparidade entre a evolução tecnológica que vivenciamos e a realidade da gestão pública encontrada em 2009, foi feito alto investimento em pessoas e tecnologias. Embora às vezes imperceptíveis aos cidadãos, são impactantes, pois abrem infinitas possibilidades quanto à visão de futuro, porque são base para o funcionamento sistêmico, sinérgico e alinhado de toda a gestão municipal.

Foi aplicado um alto investimento em remodelamento e implantação de sistemas gerenciais, desburocratização e simplificação da forma de trabalho, implantação de política de gestão de pessoas com garantia de valorização salarial, capacitação técnica dos servidores, economicidade e controle na aquisição de materiais, qualificação dos espaços de trabalho com a construção de uma rede de fibra óptica com mais de 300 km e na aquisição de novos equipamentos computacionais, que resultaram na consolidação de um novo parque tecnológico, capaz de suportar os desafios atuais e que contribua para aprimorar o controle gerencial e, ao mesmo tempo, subsidie a tomada de decisões.

Tudo isso para continuar aprimorando nossa capacidade de atendimento e resposta aos cidadãos e cidadãs em quaisquer de nossos canais de atendimento, seja o presencial ou por telefone da Rede Fácil ou disponibilizando serviços online para ampliar nossa base de atendimento em qualquer ponto da cidade.

O uso de novas tecnologias - como aplicativos para celular e plataformas amigáveis de informação nas redes sociais e na rede mundial de computadores - dão transparência aos atos do poder público e fortalecem a atuação do munícipe no apoio e controle das ações da administração em nossa cidade. O aplicativo VCSBC, já implantado na gestão Marinho, permitia a participação direta do morador na identificação e indicação de possíveis melhorias nos serviços municipais.

Manteremos uma política de contínuo aperfeiçoamento de processos baseado no desenvolvimento tecnológico e na inovação com o intuito de tornar cada vez mais eficiente e transparente o fazer público. Daremos continuidade ao processo de valorização e capacitação dos servidores e servidoras para um novo modelo de gestão. Também ampliaremos os canais de informação e participação destes e fortaleceremos, como já fizemos antes, a Mesa de Negociação Permanente com o Sindicato dos Servidores.

5. São Bernardo construindo a ação regional

Nos últimos anos, o Consórcio Intermunicipal Grande ABC e a Agência de Desenvolvimento Econômico Regional passaram de um protagonismo intenso para um período em que sua atuação e influência se apagaram. Além da conjuntura política e econômica, isso se deu em função de disputas políticas menores entre os gestores das cidades do ABC, disputas estas sem ligação com o bem-estar do povo.

O cenário que se apresenta para os gestores públicos no ABC é complexo: além da dificuldade de obter, junto aos governos estadual e federal, recursos e mesmo financiamento, entre as cidades do ABC é generalizada a queda na arrecadação, não apenas em função da pandemia, que paralisou a indústria, os serviços e o comércio, mas também pela estagnação provocada pela política

econômica neoliberal, hoje prevalente no país. Tendo em vista esse contexto, é necessário mais do que nunca retomar o protagonismo do Consórcio Intermunicipal Grande ABC e da Agência de Desenvolvimento Econômico Regional: fortalecê-los e à sua capacidade de produzir, obter recursos e executar propostas que beneficiem a comunidade regional.

É preciso unir o ABCDMRR para atualizar o PPA regional, fazer um balanço das suas propostas, incorporar as demandas deste novo momento e/ou rever as prioridades ali estabelecidas. Deve-se fazer um esforço para unir e fortalecer a região de modo a viabilizar recursos que serão necessários para um período que se prenuncia de grandes dificuldades.

Além disso, a crescente degradação do meio ambiente, sob variadas formas e desprezada por inúmeros líderes mundiais, segundo alguns estudos, pode se traduzir em outros fenômenos que atingirão a saúde pública mundial. Assim, também nossa região deve estar preparada para outras ondas de epidemias e/ou pandemias.

No médio prazo, a nova realidade mundial implica em modificações que passam por alterações profundas nas demandas de consumo, na produção e comercialização, nos hábitos e comportamentos, nas relações sociais e de trabalho, na organização do espaço e mobilidade urbana, nas condições ambientais e de saneamento. A precarização do trabalho aumentará, o desemprego também. Haverá um empobrecimento da população. A demanda por políticas públicas que supram ou atenuem todas essas situações aumentarão. E todas as esferas de governo, inclusive as municipais e regionais, devem estar prevenidas e preparadas.